

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LCITAÇÕES- SUPEL/COEDU

PREGÃO Nº90078/2025/SUPEL/RO

ANJOS E SILVA LTDA, sob o CNPJ nº 11.862.905/0001-97, nome fantasia Accordes Hotel Ltda-ME, com sede na BR-364, no Bairro Aeroclube, CEP: 76.811-738, na Cidade de Porto Velho/RO, neste ato representada pela sua Sócia Administradora Sr^a Simone Cléia da Silva Moreira dos Anjos, vem a presença de Vossa Senhoria com o devido respeito, expor os fatos ocorridos.

I. DOS FATOS: DA INCORRETA INABILITAÇÃO OCORRIDA CONTRA A EMPRESA RECORRENTE

Preliminarmente, importante frisar que o presente recurso administrativo insurge-se contra a decisão de inabilitação proferida no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90078/2025/SUPEL/RO, instaurado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia – SUPEL/RO, a pedido da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO, cujo objeto abrange a contratação de serviços de hospedagem, alimentação e correlatos, estimado em montante superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

A empresa ora recorrente apresentou proposta em estrita consonância com as exigências do edital e sagrou-se vencedora em itens do certame. Cumpre destacar que a recorrente é fornecedora habitual da Administração Pública, encontrando-se regularmente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com cadastro válido até 03/03/2026, sem qualquer ocorrência impeditiva.

No que toca à habilitação, a empresa detém regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, com certidões emitidas e válidas, além de qualificação técnica comprovada mediante registros junto ao CADASTUR (validade até 29/08/2026) e outras entidades de classe, circunstâncias que atestam sua plena aptidão para a execução do contrato.

Todavia, na data de 05/09/2025, ocasião destinada ao envio eletrônico da documentação de habilitação pelo sistema Compras.gov.br, verificou-se grave instabilidade técnica da plataforma, fato público e notório, enfrentado reiteradamente em

outros certames. Apesar de todos os documentos exigidos já constarem atualizados no SICAF, a falha sistêmica inviabilizou sua transmissão naquele momento.

Não obstante a transparência e a boa-fé da recorrente, que jamais se manteve omissa ou negligente, sobreveio decisão de inabilitação, fundada exclusivamente na ausência de upload, sem que fosse considerada a possibilidade de saneamento prevista em lei, tampouco a disponibilidade da documentação nos cadastros oficiais.

Tal proceder fere frontalmente o art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

“Na análise da documentação de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

Da mesma forma, o art. 12, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 impõe à Administração o dever de assegurar o julgamento objetivo das propostas, priorizando a obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público, em harmonia com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

A jurisprudência pátria igualmente é firme no sentido de que falhas técnicas não podem ser transferidas ao licitante. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que:

“Falhas técnicas ou de sistema não podem ser imputadas ao licitante, devendo a Administração zelar pela efetividade da ampla competitividade” (AgInt no RMS 57.618/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 05/09/2022).

Em idêntica linha, o Tribunal de Contas da União tem reiteradamente advertido que a inabilitação por vícios meramente formais viola os princípios licitatórios:

“A inabilitação fundada em vícios formais ou falhas sistêmicas viola os princípios da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa” (Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário; Acórdão nº 2.635/2015-Plenário).

O próprio STJ já consolidou o entendimento de que deve prevalecer a primazia da análise de mérito sobre formalismos que em nada comprometem a essência do certame:

“O processo deve privilegiar a decisão de mérito, e não se deixar esgotar por entraves formais que não comprometem sua

substância” (REsp 1.184.570/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/08/2011).

Não obstante a transparência e a boa-fé da recorrente, que jamais se manteve omissa ou negligente, sobreveio decisão de inabilitação, fundada exclusivamente na ausência de upload, sem que fosse considerada a possibilidade de saneamento prevista em lei, tampouco a disponibilidade da documentação nos cadastros oficiais.

Para reforçar a plena regularidade da empresa, junta-se aos autos a Declaração emitida em 01/09/2025, constante no SICAF, atestando a situação de credenciamento ativo, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como a ausência de



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 11.862.905/0001-97 DUNS®: 90*****35
Razão Social: ANJOS E SILVA LTDA
Nome Fantasia: L'ACORDES HOTEL
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/03/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 20/01/2026 Automática

FGTS Validade: 22/09/2025 Automática

Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 08/03/2026 Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 11/09/2025

Receita Municipal Validade: 04/10/2025

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 01/09/2025 12:04
CPF: 802.XXX.XXX-72 Nome: SIMONE CLEIA DA SILVA MOREIRA DOS ANJOS
Ass: _____

1 de 1

qualquer impedimento de contratar com a Administração Pública.

Do mesmo modo, demonstra-se que a empresa detinha Nível V – Qualificação Técnica devidamente cadastrado no SICAF, com registros em diversas entidades de classe e certificados válidos até 2030, além do CADASTUR com validade até 29/08/2026, conforme imagem abaixo.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 11.862.905/0001-97 DUNS@: 90*****35
Razão Social: ANJOS E SILVA LTDA
Nome Fantasia: L'ACORDES HOTEL
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade
CADASTUR	2026	29/08/2026
AEC	003	31/12/2030
AEC 02	003	31/12/2030
Rondobras	003	31/12/2030
Disdal	660	31/12/2030
Broker	002	31/12/2030

Tais documentos evidenciam, de forma incontestável, que à época dos fatos a empresa já preenchia todos os requisitos de habilitação, restando claro que a falha ocorreu única e exclusivamente por instabilidade sistêmica da plataforma eletrônica, jamais por omissão ou descuido do licitante.

Assim, não se pode admitir que um certame dessa envergadura tenha lote ou item fracassado por motivo exclusivamente sistêmico, estranho à esfera de responsabilidade da empresa, sob pena de se prestigiar o formalismo exacerbado e de se comprometer a finalidade maior da licitação: a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Portanto, os fatos demonstram que a inabilitação da empresa recorrente não encontra respaldo fático, legal ou jurisprudencial, impondo-se a imediata revisão da decisão recorrida, sob pena de afronta aos princípios constitucionais da isonomia, da eficiência, da razoabilidade, da competitividade e da supremacia do interesse público.

II. DOS DIREITOS QUE FUNDAMENTAM O PRESENTE PEDIDO

A decisão que inabilitou a recorrente mostra-se flagrantemente ilegal, pois desconsidera o ordenamento jurídico vigente e a firme jurisprudência dos tribunais pátrios.

A Lei nº 14.133/2021, que rege o presente certame, é clara ao estabelecer, em seu art. 64, §2º, que:

“Na análise da documentação de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação”.

Tal dispositivo deixa claro que a Administração deve prestigiar a essência da habilitação, admitindo o saneamento de falhas formais e evitando que meros entraves burocráticos comprometam a competitividade do certame.

O art. 12 da mesma lei reforça a obrigatoriedade da observância dos princípios da isonomia, competitividade, proporcionalidade e da busca da proposta mais vantajosa, os quais foram frontalmente violados ao se inabilitar licitante em razão de instabilidade sistêmica alheia à sua esfera de controle.

Em harmonia com o texto legal, a jurisprudência dos tribunais pátrios é firme no sentido de que o excesso de formalismo não pode ser admitido em detrimento do interesse público. O Tribunal de Justiça do Acre já assentou que o Poder Público não pode inabilitar empresa por formalidades que não afetam a substância da habilitação, sob pena de ferir a isonomia entre os concorrentes.

O Tribunal de Contas de Minas Gerais, em diversos julgados, tem afirmado que a nova Lei de Licitações consagra o formalismo moderado, impondo à Administração a realização de diligências para sanar falhas sempre que possível, evitando a exclusão de empresas por questões meramente formais. O mesmo entendimento tem sido reiteradamente adotado pelo Tribunal de Contas do Paraná, que considera indevida a inabilitação automática diante de falhas sanáveis, reafirmando a primazia do mérito sobre formalismos estéreis.

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, consolidou o entendimento de que a inabilitação baseada apenas em vícios formais ou falhas de sistema viola os princípios da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa, destacando que o interesse público não pode ser sacrificado em nome de um rigor excessivo e infundado.

Na esfera judicial, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “falhas técnicas ou de sistema não podem ser imputadas ao licitante, devendo a Administração zelar pela efetividade da ampla competitividade” (AgInt no RMS 57.618/DF, Segunda Turma, julgado em 2022). Em outro precedente, firmou-se que “o processo deve privilegiar a decisão de mérito, e não se deixar esgotar por entraves formais que não comprometem sua substância” (REsp 1.184.570/RS, Segunda Turma, julgado em 2011).

Assim, não resta dúvida de que a decisão que inabilitou a empresa recorrente afronta a Constituição Federal (art. 37, caput), a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores e de Contas, pois desprezou documentos válidos e disponíveis em sistema oficial (SICAF), preferindo penalizar a licitante por falha técnica do próprio sistema governamental.

É evidente que a inabilitação se fundamentou em formalismo exacerbado, repudiado pelo direito administrativo moderno, comprometendo a finalidade maior da licitação: a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, resta demonstrado que a decisão que inabilitou a empresa recorrente não encontra respaldo na legislação vigente, tampouco na jurisprudência

consolidada, configurando-se como medida desarrazoada, desproporcional e contrária aos princípios que regem a Administração Pública.

Por tais razões, a empresa ANJOS E SILVA LTDA – L'ACORDES HOTEL requer:

- a. O recebimento e processamento do presente recurso administrativo, com a consequente reforma da decisão que declarou sua inabilitação no Pregão Eletrônico nº 90078/2025/SUPEL/RO;
- b. O reconhecimento da plena regularidade da documentação da recorrente, considerando-se válidos e eficazes os registros constantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em especial a Declaração emitida em 01/09/2025, atestando sua regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica, documentos esses já disponíveis à Administração à época dos fatos;
- c. A aplicação do art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021, de forma a sanar a falha meramente formal decorrente de instabilidade sistêmica, reconhecendo-se que não houve omissão ou negligência da empresa, mas sim obstáculo técnico alheio à sua vontade;
- d. A imediata habilitação da empresa para prosseguir no certame, restabelecendo-se a lisura e a competitividade do processo licitatório, de modo a assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021;
- e. A declaração de nulidade da decisão de inabilitação, por afronta aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, eficiência e supremacia do interesse público, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal;
- f. Subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento, que seja oportunizado à recorrente prazo razoável para o envio da documentação já constante do SICAF, em atenção ao dever de cooperação, à primazia da decisão de mérito (art. 4º do CPC) e ao princípio do formalismo moderado que rege o direito administrativo moderno;
- g. A juntada aos autos das cópias das declarações emitidas pelo SICAF em 01/09/2025, bem como da comprovação da qualificação técnica da empresa, com registros válidos em entidades de classe, a fim de reforçar a plena capacidade da recorrente.



Por fim, reitera-se que a manutenção da inabilitação, em tais circunstâncias, representaria verdadeiro retrocesso jurídico e administrativo, além de prejuízo irreparável ao interesse público, razão pela qual pugna-se pelo provimento integral do presente recurso.

Termos em que,

Pede deferimento.

Porto Velho/RO, 15 de setembro de 2025.

ANJOS E SILVA LTDA - L'ACORDES HOTEL

CNPJ: 11.862.905/0001-97